

Padre Fernando Oliveira: um estrategista português

Guilherme Mattos de Abreu^a

Resumo: O padre Fernando Oliveira [1507- 1585(?)] foi um precursor da guerra no mar, da construção naval e da linguística, que abarcou, em seus escritos, uma ampla gama de conhecimentos, certamente de valia para os desbravadores portugueses de seu tempo. Este artigo focará o livro *A arte da guerra do mar* (1555), considerado o primeiro tratado impresso de estratégia naval. Na obra, o autor tratou da necessidade de se fazer a guerra e de como esta é percebida; discorreu sobre o preparo, inclusive no que se refere ao aprestamento dos navios e das esquadras. O livro contém conceitos atuais de estratégia naval, que somente seriam conhecidos após a disseminação das obras de Alfred Mahan e Julian Corbett, séculos mais tarde. Destacam-se, ainda, as suas proposições éticas e humanistas, aí incluída a repulsa à escravidão e as recomendações quanto ao tratamento aos derrotados. Em suma, um homem a frente de sua época!

Palavras chave: Aprestamento, estratégia, estratégia naval, ética, guerra, liderança, logística, navegação, recrutamento.

Cada um fala do que gosta e usa. Os cavaleiros falam da guerra, os pacíficos da paz, os lavradores da terra e os marinheiros do mar.

Fernando Oliveira

Mas que gostoso contentamento sentem agora, e maior sentirão no céu, os que possuem de seus trabalhos fruto glorioso. Que glória é tão grande, e não é vã porque em parte sa-

tisfaz, ver vossa mercê ante si em seu serviço os inimigos, que ele pelejando por seu rei e por sua terra venceu e tomou? Por certo, segundo eu sinto, ele não pode deixar de levar gosto quando lhe lembrar que fez o serviço a seu Deus e a seu rei, proveito a seus naturais e para si e seus chegados ganhou honra.

Fernando Oliveira ¹

^a Contra-almirante. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Portugal, particularmente considerando a sua diminuta população, é um interessante caso de sucesso empreendedor, pois construiu o seu Império Ultramarino fundamentado, em boa parte, na visão de futuro, na ousadia, na superioridade em pesquisa e na acumulação e aplicação de conhecimentos; bem como na capacidade de manter os agentes de governo trilhando os caminhos do que hoje poderíamos chamar de objetivos nacionais permanentes - tais indivíduos, no instante preciso, souberam dar ordens apropriadas no interesse de Portugal.

Neste contexto, destaca-se o padre Fernando Oliveira [1507-1585(?)²] - um precursor da guerra no mar, da construção naval e da linguística -, que conseguiu abarcar, em seus escritos, uma ampla gama de conhecimentos, certamente de grande valia para os desbravadores portugueses de seu tempo.³

Neste artigo, focaremos especificamente o livro *A arte da guerra do mar*, considerado o

primeiro tratado impresso de estratégia naval⁴, cuja edição original veio a lume em 1555⁵, após liberada pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição⁶. A obra é introduzida por um *Prólogo* e dividida em duas partes, cada uma com quinze capítulos. Enfatizando que o livro seria útil para os homens da guerra, na primeira parte, o autor trata da necessidade de se fazer a guerra e de como esta é percebida; na segunda, discorre sobre o preparo, inclusive no que se refere ao aprestamento das esquadras para a navegação e para o combate.

A leitura, em que pese tratar-se do idioma português do século XVI, não é pesada em demasia, particularmente porque os capítulos, salvo no que se refere aos argumentos de inspiração religiosa, são concisos. Adicionalmente, parcela dos conceitos expostos mostra-se atual em diversos aspectos, o que por si só não surpreende, visto que o conhecimento humano é de natureza incremental.



O livro foi reeditado quatro vezes (1937, 1969, 1983 e 2008) e pode ser encontrado digitalizado, na internet.

FERNANDO OLIVEIRA: UMA FIGURA DE CURIOSA E DE MOVIMENTADA TRAJETÓRIA⁷

Fernando Oliveira nasceu no Aveiro, em 1507. Aos treze anos, encontrava-se entre os dominicanos (Ordem de São Domingos, Évora), mas desertaria da Ordem aos 25. Sua primeira obra foi a *Gramática da Linguagem Portuguesa* (Lisboa, 1536) – pioneira em nosso idioma. Por esse tempo, foi mestre de filhos de famílias importantes. As boas relações com essas famílias contribuíram para que fosse perdoado da deserção pelos dominicanos. Em 1545, embarcou, sob pseudônimo, na qualidade de piloto, em uma das galés de uma força naval francesa que se dirigia ao Havre, onde seria incorporada a uma esquadra que atacaria o sul da Inglaterra.

Em mal sucedida investida contra um navio inglês, a galé foi derrotada e Oliveira feito prisioneiro⁸. Na Inglaterra, fez-se protegido do Rei Henrique VIII, mas não se conhece os serviços que o levaram a tal prestígio⁹. Voltou a Portugal em 1547, portando uma carta do soberano inglês (então, Eduardo VI, filho de Henrique VIII) ao Rei D João III, a quem se apresentou. Algum tempo depois, a sua fala imprudente e franca em uma discussão provocaria denúncia ao Tribunal do Santo Ofício e consequente condenação por práticas heréticas (novembro de 1547). Deixou o cárcere em 3 de setembro de 1550, com a condição de recolher-se ao mosteiro de Belém e retornar à vida sacerdotal. Adquiriu a liberdade em agosto de 1552, embarcando, como sacerdote, em um dos navios da pequena esquadra que deveria repor no trono de Velez (Marrocos) o destronado Mulei Buharon.

Essa esquadra, estando fundeada em Velez, foi atacada e vencida por uma frota de galés



argelinas¹⁰. Os cativos, entre eles Fernando Oliveira, foram levados para Argel. Para tratar do resgate junto ao Rei de Portugal, foram escolhidos os prisioneiros Gaspar Fernandes e o padre Oliveira, o que destaca a capacidade de nosso personagem em envolver-se em diligências melindrosas. Um registro curioso assinala a passagem desses negociadores por Ceuta, a caminho de Portugal: O capitão de Ceuta escreveu ao Rei dando conta que Oliveira era homem “muito desassossegado e [...] aparelhado para fazer mais mal que bem, [...]”.

Oliveira permanece em Portugal. Em janeiro de 1554, mais uma vez, a sua fala imprudente quase o leva a prisão. Entretanto, se safa do problema e, em 18 de dezembro daquele ano, é nomeado revisor da Imprensa da Universidade de Coimbra, onde se imprimiria o livro *A arte da guerra do mar* (1555). Trata-se de obra respaldada por sua erudição e grandemente influenciada por experiências anteriores, inclusive as derrotas navais. O

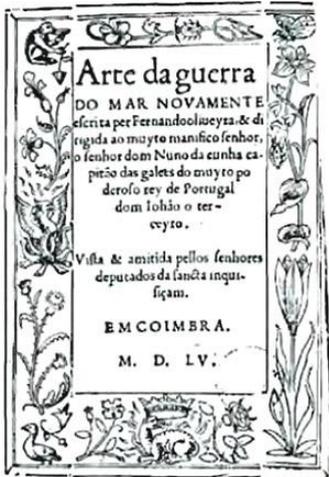
Prólogo indica 28 de outubro de 1554 como data de prontificação do texto.

No livro, Oliveira criticou a política marítima portuguesa e narrou alguns tópicos da história do país de maneira não alinhada com as versões oficiais, o que contrariou alguns segmentos, levando-o novamente às barras da Inquisição, em outubro de 1555, poucos meses após o lançamento da obra. Foi mantido prisioneiro por cerca de dois anos. Por volta de 1565, o Rei D. Sebastião lhe concedeu uma pensão de 20:000 Réis, na qualidade de clérigo no convento de Palmeira.

Não há registro conhecido do falecimento de Fernando Oliveira. O comandante Quirino Fonseca, que apresentou a reedição de 1937 de *A arte da guerra do mar*, citando uma fonte, assinalou que, possivelmente, estaria vivo em 1581. Luís Nuno Sardinha Monteiro¹¹ aponta que o padre morreu por volta de 1585.



Fig. 1 – Frontispício da edição de 1555 de
A Arte da Guerra do Mar



O LIVRO A ARTE DA GUERRA DO MAR – 1ª PARTE

No *Prólogo*, Fernando Oliveira parece replicar o sentimento expresso na introdução deste artigo, justificando a sua obra não só como disseminadora de conhecimento, mas também pela necessidade de se divulgar nacionalmente a epopeia marítima portuguesa, desconhecida no interior do país; e pelo dever de enaltecer e reconhecer a grandeza dos feitos daqueles que, a ser-

viço de Deus e do rei, em seus trabalhos, obtinham frutos grandiosos para si e para os seus. Portugal havia alcançado muita riqueza e prosperidade, terras e reinos em decorrência desses feitos. Acrescentou que:

[...] não somente conquistaram terras que outros não puderam tocar, mas, além disso, não satisfeitos de tão pouco, buscaram e descobriram¹² outras de novo que nunca foram cuidadas. E sobretudo dão azo a multiplicar-se a fé de Deus e salvação dos homens, que o diabo tinha como escondidos dos pregadores e nuncios delas, os quais, como vemos com a graça divina fazem fruto mediante, todavia, a guerra do mar.

O livro seria proveitoso e necessário, segundo o autor, “em especial para os homens desta terra que agora mais tratam pelo mar que outros, de onde adquirem muito proveito e honra, e também correm ventura de perderem tudo isso [...]”.



Além disso, dá conta do pioneirismo de seu trabalho em relação à guerra naval, “a qual nenhum autor escreveu antes d’agora arte nem documentos” (ressalvando que desconhecia qualquer obra sobre o assunto, salvo o que produzira Vegecio¹³). Explica, ainda, a razão de ele, sendo um religioso, se dedicar a tal feito: “porque aos sacerdotes convém ir à guerra, quanto mais falar dela [...] não para pelejar com ferro, porque as suas armas são as lágrimas e orações [...]”.

No primeiro capítulo, discorre sobre a necessidade da guerra, “que parece ser natural aos homens porque nasce da perversa natureza”. Busca explicações no Evangelho, para concluir que haverá muitas guerras e que, portanto, “é necessário estar apercebidos para nos defendermos de quem quiser [nos] ofender, porque a presteza [...] aproveita às vezes mais que a força nas cousas da guerra”.

Com inegável sabedoria argumenta:

A boa guerra faz boa paz. E assim, a paz que agora logramos, guerra passada a ganhou. Mas a paz descuidada porventura deixará a guerra a seus sucessores. [...] Para isso favoreçam às armas, as quais não são contrárias à paz como parecem, antes elas defendem na paz como cães defendem as ovelhas, posto que pareçam contrários delas [...] Finalmente, para a paz ser segura, cumpre defendê-la com a guerra.

O segundo capítulo tem como título “De quem pode fazer guerra”. Para o autor, a guerra justa só se pode fazer a mando de rei ou príncipe ou de pessoa encarregada da governança, pois somente estes teriam autoridade para fazê-lo; e que esta é voltada contra aqueles que não se submetem ou resistem à jurisdição de seus superiores, como os rebeldes, corsários e bandoleiros. Contra eles, é necessário usar a força, mas esta deve ser justificada, porque de outro modo seria tirania. Seria também permitida a guerra aos príncipes e não aos súditos deste.



A 4ª edição é precedida de *Nota Explicativa*, a guisa de apresentação; inclui reproduções, redigidas em português, francês e inglês, do “*Comentário Preliminar*”, escrito pelo Comandante Quirino da Fonseca, e do “*Comentário à Arte da Guerra do Mar do Padre Fernando Oliveira*”, de autoria do Comandante Botelho de Sousa, ambas parte da 3ª edição. Na elaboração deste Sumário preservou-se a redação original, que é assimétrica.

Titulo	Página
<i>Prologo com exordio e escusa do autor.</i>	3
<i>Introdução da 1ª parte: Começa a primeira Parte do Tratado da guerra do mar, feyto per Fernandoliveyra na qual trata da intenção & apercebimento da dita guerra.</i>	11
<i>Cap. Primeyro. Que he necessario fazer guerra.</i>	11
<i>Cap. II. De quem pode fazer guerra.</i>	15
<i>Cap. II. Que he necessario fazer guerra no mar.</i>	19
<i>Cap. IIII. Qual he guerra justa.</i>	23
<i>Cap. V. Da tenção e modo da guerra.</i>	27
<i>Capitulo seysto. Do officio do Almirante.</i>	29
<i>Capit. septimo. Das taracenas e seu provimento.</i>	31
<i>Capitulo oyttau. Da Madeyra pera as naos.</i>	33
<i>Capitulo nono. De quando se cortaraa a madeyra.</i>	37
<i>Capitulo decimo. Dos armazens e seu provimento.</i>	41
<i>Capitulo onze. Das victualhas.</i>	43
<i>Capitulo doze. Dos homens do mar.</i>	47
<i>Cap. Xij. Dos capitães do mar e do seu poder.</i>	49
<i>Capitulo quatorze. De como deuem ser escolhidos e assentados os soldados.</i>	53
<i>Cap. Quinze. Do exercicio dos soldados.</i>	61
<i>Introdução da 2ª parte: Seguesse a parte segunda da Arte da guerra do mar, que trata das frotas armadas, & das batalhas maritimas, & seus ardis.</i>	
<i>cap. primeyro. Dos nauios pera as armadas.</i>	67
<i>Cap. segundo. Do numero da gente pera os nauios.</i>	71
<i>Cap. tres. Da esquipação dos mantimentos, munições e enxerceas.</i>	77
<i>Cap. quarto. Do tempo de nauegar as armadas, e mudança dos tempos.</i>	83
<i>Cap. cinco. Dos sinaes das tempestades, e variação dos temporaes.</i>	87
<i>Cap. seis. Dos ventos e suas regiões, e nomes.</i>	91
<i>Cap. sete. Dalguns auisos necessários pa nauegar.</i>	95
<i>Cap. oyto. Das marees, correntes e aguagens do mar.</i>	99
<i>Cap. noue. De como as armadas faram vela.</i>	105
<i>Cap. dez. Das batalhas do mar / e alguns ardis necesarios nelas.</i>	115
<i>Cap. onze. Do lugar pera pelear.</i>	121
<i>Capit. Doze. De como se perderão os nauios que foram com elrey de Belez.</i>	123
<i>Cap. treze. Das ordenanças da guerra do mar.</i>	128
<i>Cap quatorze. Dalgumas regras geraes da guerra</i>	133
<i>Cap. quinze. Da conclusão da obra</i>	135



O capítulo 3 (“Que he necessario fazer guerra no mar”) trás a guerra para o ambiente naval, visto que “o mar é muito devasso” e “os homens não podem escusar de negociar por eles suas fazendas, uns mercadeando, outros pescando”. Assim, as vias marítimas mostravam-se como imprescindíveis para as atividades humanas, como o comércio e a pesca, as quais tem que ser protegidas da ação de corsários, que eventualmente estendem os seus malfeitos às regiões costeiras. Por este motivo, fazia-se necessário dispor de armadas no mar:

Por terra não podem vir os inimigos tão de improviso, que não saibamos sua vinda a tempo para prover defesa qualquer que seja. Mas por mar, de muito longe donde não cuidamos, subitamente sem sabermos de donde desamarrou, nem que rota leva, aparece na costa sobre nossos portos terrifica frota [...] Portanto, que estejamos providos de navios armados porque quando [os inimigos] aventarem às nossas paragens serão

fustigados e não desejarão retornar a elas.

Exemplifica, tecendo considerações sobre as esquadras de galés que os romanos mantinham em prontidão preventivamente, após acabadas as guerras e pacificado o mar. Passando ao caso português, discorre sobre os meios maiores e mais complexos (galeões) utilizados nas campanhas como as da Índia, onde restauravam (*sic*) a cristandade; sobre as ações na costa do reino e das ilhas, onde os navios portugueses expulsavam os corsários; e na costa do Algarve e Gibraltar, contra os mouros e turcos, “que deixam mais que levam”, visto que as perdas portuguesas eram largamente compensadas pelos apresamentos.

No capítulo 4 aponta que “malfeito é fazer guerra sem justiça”, à luz dos ensinamentos de Santo Agostinho. No caso, guerra justa seria aquela que castiga as injustiças que alguém fez e não quer corrigi-las; a que defende o seu bando dos que injustamente



o querem ofender; e a que castiga as ofensas a Deus contra aqueles que blasfemam, abandonam a fé, impedem a pregação dela ou perseguem os que se convertem. Por outro lado, Oliveira alega que não se pode fazer guerra justa aos que nunca foram cristãos e não prejudicam a cristandade. Segue opondo-se à escravidão daqueles que não blasfemam contra Cristo, nem resistem à pregação:

Não se achará, nem razão humana consente, que houvesse no mundo trato [...] de comprar e vender homens livres e pacíficos, como quem compra e vende alimárias – bois, cavalos e semelhantes.

Segue argumentando sobre como se conduz a guerra [“Da tenção (finalidade) e modo da guerra”], pois o modo como se a conduz também deve ser justificado, bem como ter propósito dirigido a um “bom fim”. Critica enfaticamente o que seus contemporâneos denominam “escala franca” da guerra, a qual se jun-

tavam os ladrões, mas para roubar do que para lutar, o que não fariam se não lhes dessem rédeas soltas ao vício. Recomenda tratamento humano aos vencidos, inclusive no que se refere à integridade de bens, propriedades, etc.

Passa então a discorrer sobre assuntos mais pragmáticos, no capítulo 6 (“Do officio do Almirante”). Os Almirantes devem ser homens prudentes e diligentes, com o cuidado de aprestar as bases, depósitos e navios, de modo a que estes “não façam demora em acudir onde for necessário”. Pra que isto pudessem fazer sem contestação, receberiam poder para mandar e julgar nas coisas do mar, incluso os homens que nele atuassem. Segue discorrendo sobre o status desta autoridade em Portugal, tecendo críticas ao esvaziamento de seu poder, diluído entre outros agentes.

Em “Das taracenas¹⁴ e seu prouimento”, Oliveira pondera sobre a prontidão das bases navais. Estas deveriam possuir es-



toques de material necessário para o reparo dos navios, como madeiras, breu, estopa, pregos, cordoalha, betume e chumbo, bem como ser sistemática a reposição, à medida que houver consumo. Menciona a conveniência em se procurar substitutos para os materiais provenientes de terras distantes, esboçando os fundamentos de uma pioneira política de substituição de importações. Destaca que as bases deveriam ser providas dos equipamentos de porte necessários, como cabrestantes, cadernais, carretas, etc.

Complementa a argumentação nos capítulos seguintes. Em “Da madeyra pera as naos” e “De quando se cortaraa a madeyra” discorre sobre a qualidade, durabilidade e resistência das diversas madeiras para uso naval, que variam de uma região para outra; a época do ano em que deveriam ser cortadas; e o tempo de descanso adequado entre a derrubada e o corte para uso. Em particular, ressalta que tais cuidados são importantes para a

segurança dos navios e dos que neles navegam, por influir diretamente na qualidade da madeira.

Em “Dos armazens e seu provimento” (capítulo 10), aborda o estoque de gêneros alimentícios, de equipamentos de proteção (couraças, malhas, etc.), de armas e afins e de equipamentos diversos; e, quando aplicável, orientações quanto à conservação e às características do local de guarda. No que se relaciona ao armamento, recomenda priorizar os estoques “dos tiros de todo o gênero, assim de corda¹⁵ como de fogo”, e de lanças e piques¹⁶, “porque no mar se peleja de longe” e quando se aproximam, “não é tão perto que possam servir as espadas”. Recomenda o adestramento para a operação da artilharia.

Quanto à provisão de gêneros (“*victualhas*”), aponta que esta deveria ser do maior cuidado do Almirante e dos provedores dos armazéns. Instrui sobre a qualidade dos alimentos, pois, “assim como é necessário esco-



lher os homens para as armas, fortes e bem dispostos, assim também convém sustentá-los”. Aborda técnicas que contribuem para a melhor conservação de alimentos e indica substitutos à dieta portuguesa (o trigo seria substituído pelo arroz, na Índia; e pelo milho e pela mandioca, no Brasil).

No capítulo 12 (“Dos homens do mar”), Oliveira tece considerações quanto à seleção e preparo do pessoal, o que também é “do ofício do almirante do mar”. Recomenda que os marinheiros sejam preparados desde cedo, ainda meninos, em função das características da profissão. Para ele, os marinheiros deveriam “ser homens já sabidos neste ofício, os quais eu desejo que fossem velhos no saber dele e mancebos nas forças e moços na ligeireza”. Assim, deveriam conhecer em detalhe o seu navio, serem ligeiros em acudir o que lhes cumpre ou lhes mandam; e no trabalho, serem fortes e incansáveis. Segue comentando sobre a escolha de mestres e

pilotos, cujas qualidades e defeitos condicionam o resultado de suas atuações.

Em seguida discorre sobre os comandantes e sobre o comando no mar (“Dos capitães do mar e do seu poder”): aborda, entre outros aspectos, a organização de uma esquadra ou frota, onde haveria um competente capitão-mor, ao qual estariam subordinados todos os embarcados, que teria a faculdade de promover a disciplina e fazer justiça – em suma, a autoridade, competência e atribuições desta autoridade. Finaliza advertindo:

Seja o capitão muito amigo de sua gente, e sinta tanto o trabalho de qualquer soldado como o seu próprio, e estime muito a vida dos homens, e assim não usará mal o seu poder, nem os escrupulosos porão obstáculos a lhe ser cometido.

No capítulo seguinte (capítulo 14 – “De como deuem ser escolhidos e assentados os soldados”) - um dos mais extensos do livro - assinala que o soldado é defensor



da terra e conservador da paz. Aborda o processo de recrutamento de soldados, os quais devem ser bem avaliados, hígidos e sem vícios. Assinala os antecedentes (se filho de homem honrado, se do campo ou da cidade e profissão) e características físicas que recomendariam a seleção de determinados indivíduos em detrimento de outros. Aponta que, “de maneira sobredita não somente são inaptos¹⁷ os mimosos e afanchonados, mas também são os que por qualquer mau costume perderam a vergonha e desejos da honra virtuosa” [...]. Também destacou que os soldados necessitam de treinamento adequado, pois, caso contrário, não haveria diferença entre o soldado e o rústico aldeão; bem como receber pagamento justo.

Por fim, Oliveira chama a atenção para a manutenção do preparo, mesmo em tempo de paz prolongada, aspecto que é desdobrado no último capítulo desta primeira metade do livro – “Do exercicio dos soldados”. Neste capítulo, o autor recomen-

da que as oportunidades em terra sejam dedicadas ao treinamento, tanto no que se refere ao físico (onde enfatiza a necessidade de que saibam nadar) quanto ao manuseio de armamento. Adverte que se mantenham os homens ocupados, deplorando a ociosidade, que os faz preguiçosos. Estende a recomendação para os marinheiros e remadores, que também devem se exercitar e trabalhar na conservação do navio e empregado nas fainas diversas, para “que não percam o costume do trabalho, porque o não estranhem quando vier”.

O LIVRO A ARTE DA GUERRA DO MAR – 2ª PARTE

A segunda parte da obra trata “das frotas armadas, e das batalhas marítimas, e seus ardis”.

No primeiro capítulo (“Dos nauios pera as armadas”), o autor tece recomendações sobre a preparação para o mar; para a escolha, em número e qualidade, dos meios adequados para a na-



tureza da missão (frisa que as grandes navegações requerem navios grandes e fortes, com propulsão a vela; que pequenos navios não têm capacidade de armazenar o necessário; e que, em regiões suscetíveis à calmarias, seriam necessários os propulsados a remo); aponta que a capacidade de combate deve ser proporcional à missão; e que é necessário que as frotas armadas tenham navios de diversos tipos, para sustentar o peso da guerra e para servir e ajudar estes últimos (ou seja, os navios de combate e os de apoio logístico móvel). Aborda a necessidade de informações sobre os contrários, as quais possibilitariam o emprego judicioso da força (o que hoje se denomina Princípio de Guerra de Economia de Forças ou de Meios¹⁸).

Segue discriminando a composição da tripulação (“Do numero da gente pera os nauios”), cujo número condicionaria o estoque de mantimentos, tema que terá continuidade, juntamente com prescrições quanto a ou-

tros itens de estoque, no capítulo seguinte.

O capítulo 3 pode ser resumido no velho ditado naval: “Quem vai para o mar, avia-se em terra”. Dimensionada a tripulação e determinado o tempo esperado de travessia, é decidido o estoque de gêneros com largueza, pois “no mar não há vendas, nem boas pousadas nas terras dos inimigos” (o autor estende-se, estabelecendo a ração diária de cada tripulante, inclusive no que se refere a vinho); a quantidade de aguada; de lenha; e de todas as miudezas necessárias para comer e o serviço de casa, “como requer uma família bem provida”. Prossegue abordando a dotação de armamento e o posicionamento da artilharia a bordo, a conservação da pólvora, o estoque de material de marinharia (cabos, moitões, cadernais, material de reparo, etc.), a necessidade de âncoras e de velas sobresalentes, de madeira para reparos, de ferramentas, etc; e a arrumação deste material a bordo: “cada cousa em seu lugar [...], de



maneira que quando for necessário achem tudo prestes e desembaraçado”.

Nos cinco capítulos seguintes, faz recomendações sobre a navegação e a meteorologia, discutindo sobre as épocas oportunas para navegar, em função da derrota¹⁹ planejada, a luz de um complexo conjunto de variáveis – entre elas, a direção e intensidade dos ventos (vale lembrar que a mesma viagem envolvia navegação extensa por hemisférios diferentes e regiões com perfis climáticos diversos); indica os sinais que permitiam realizar previsões meteorológicas, como coloração do horizonte no nascer e ao por do sol, características das nuvens e da lua, comportamento dos animais marinhos, etc; faz ampla digressão sobre os ventos, marés e correntes; orienta como se planeja as derrotas em função do regime de ventos; faz recomendações quanto à estima ou à determinação de posição com o uso de navegação astronômica; destaca a influência das marés e correntes para a

entrada e saída segura nos portos e ancoradouros abrigados; associa as marés com as fases da lua, descrevendo as suas maiores e menores variações em vários locais; e instrui sobre a navegação das forças navais, ocasião em que os navios deveriam navegar próximos uns dos outros, o que era mandatário, entre outros aspectos, pelos limitados recursos de comunicações.

No capítulo 10, trata das batalhas no mar (“*Das batalhas do mar / e alguns ardis necessarios nelas*”), onde se “*oferece a morte sem nenhum refúgio, ante muitas confusões e angústias*”. Sua abordagem nos remeteria aos ensinamentos de Mestre Sun (Sun Tzu) em *A arte da guerra*. Apon-ta que “os bons capitães fazem a guerra por manha, mais que pela força”. Apresenta conceitos relacionados à comparação de poderes combatentes e ao aproveitamento das vantagens comparativas; à divisão e à concentração de forças (Princípio de Guerra da Economia de Forças); ao aproveitamento das oportunidades para



a ação (Princípio de Guerra da Exploração²⁰); à dissimulação; ao engodo; ao aproveitamento das características do ambiente; ao moral, fundamentado no vínculo com o passado; etc. Assinala que Portugal, onde faltam forças, necessita do saber (conhecimento); e que “por saber e astúcia assenhoraram-se os nossos poucos muitas terras e reinos de nações bárbaras na Índia, Guiné e Brasil”.

O Capítulo 11- *“Do lugar pera pelejar”* trás a lume um aspecto fundamental na elaboração de estratégias: Para um comandante, era (e é) de importância fundamental ter a habilidade de atrair o inimigo para a luta em lugar e ocasião que lhe ofereça condições mais favoráveis. Citando Vegetio, Oliveira assinala “que o lugar nos combates é senhor de grande parte da vitória, porque os que ficam em lugar inoportuno padecem dois trabalhos: um do lugar e outro dos contrários”. No mar, a costa, a profundidade, as marés, o vento e as correntes “tiram e dão a

oportunidade de combater”; assim como a posição relativa em relação ao sol.

Segue-se o que poderíamos denominar de um breve estudo de caso, referente à vitória dos turcos sobre os lusos, no porto de Velez (Marrocos), em 1552, a qual culminaria com o aprisionamento de inúmeros portugueses, ai incluído Fernando Oliveira (capítulo 12, “De como se perderão os nauios que foram com elrey de Belez”). Oliveira critica o desempenho dos marinheiros e soldados portugueses, o que descreve como a justificar as qualidades para a seleção que apontou como necessárias na primeira parte, das quais não eram dotados.

No capítulo treze (“Das ordenanças da guerra do mar”), aborda o valor da orientação provida pelas ordenanças, que proveem a ordem e aliviam o esforço do comando “na governança dos muitos desordenados”. Argumenta sobre dispositivos da força naval em movimento, manutenção de distância para viabi-



lizar comunicações e apoio mútuo, manobras de ataque, pontos mais vulneráveis para abaloamento (no caso, o través), alertando, mais adiante, que é perigoso abalroar, pois ambos podem se perder – “o vencido e o vencedor aferrados, ou alagando-se, ou quebrando-se, ou ardendo juntamente, sem se poder apartar”. Recomenda moderação, evitando deixar o inimigo encurralado, porque isto lhe aguça o atrevimento: “Não receia morrer, quem sabe que há de morrer. Pelejam sem medo, aqueles estão no derradeiro medo.”.

No capítulo seguinte (“Dalgumas regras geraes da guerra”), apresenta 39 recomendações, que caberiam nos escritos do Mestre Sun, tais como: os erros nos posicionamento antes da ação, pondo em risco o sucesso nas batalhas; o perigo de se guerrear com gente sem treino; sobre a motivação; sobre a vantagem de constranger o inimigo pela privação, vencendo sem pelejar; por outro lado, perdendo devido à logística inapropriada; as van-

tagens da ordem sobre a desordem; a vantagem da posição; da dissimulação e do conhecimento sobre o inimigo; do posicionamento em relação ao inimigo em função do vento; etc.

Por fim, conclui a obra, incitando outros a lhe darem continuidade e ampliá-la, “em especial nesta terra, onde as vivendas de muitos homens dependem desse mar”. Bem como alertando para a ameaça constituída pelos turcos – “os grandes corsários do mar”; e que:

[...] cumpre prover nossas taracenas e armazéns, e exercitar os homens nas armas que tais batalhas convêm, e conhecer os tempos da navegação, andar alerta, e pelejar animosa e legitimamente porque os defensores da terra que o assim fazem merecem muito ante Deus [...].

COMENTÁRIO FINAL

Passados 460 anos do lançamento de *A arte da guerra do mar*, é relevante observar como a



obra contém ensinamentos atuais; bem como o patriotismo, a ousadia, a erudição e a capacidade de observação e de concatenação do desassossegado padre Fernando Oliveira.

Destaca-se que Oliveira foi capaz de perceber aspectos da estratégia que somente seriam conhecidos séculos mais tarde, com a disseminação das obras de autores como Mestre Sun (Sun Tzu – *A arte da guerra*), no Ocidente; bem como dos fundamentos do poder naval e do poder marítimo²¹ por estrategistas notáveis, como o norte-americano Alfred Mahan (1840-1914) e o britânico Julian Corbett (1854-1922). Entretanto, *A arte da guerra do mar* teve repercussão escassa e limitada ao mundo lusófono, uma vez que não houve tradução para outros idiomas.

O livro foi inovador em seu tempo, visto que avançou além das perspectivas operacionais e táticas, adentrando no domínio da estratégia e antevendo aspectos que somente seriam considerados muito tempo depois, como

ênfata²². Abarca amplo espectro: desde a organização e a operação dos navios e das forças navais, ao conceito, então inovador, de emprego do poder naval como instrumento do poder nacional, passando pelo recrutamento de pessoal, treinamento, postura dos comandantes, preparação para o mar e logística. Destaca-se, ainda, a postura ética e humanista do autor, aí incluída a repulsa à escravidão e as recomendações quanto ao tratamento aos vencidos.

Fernando Oliveira foi clérigo, poliglota, marinheiro, piloto, diplomata, soldado, filólogo, historiador, teórico da construção naval, estrategista naval²³, professor e um homem a frente de sua época. Sua história de vida, com algumas prisões decorrentes de lhe ter sido atribuído crime de opinião, chama a atenção para as restrições ao progresso impostas onde há cerceamento da liberdade de expressão.

Fernando Oliveira, certamente, pode ser considerado um dos valorosos patriotas portu-



gueses que colaboraram na moldagem do pensamento de seus conterrâneos em seu tempo, contribuindo para que estes, quando preciso, soubessem se conduzir de acordo com os interesses de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. *Glossário das Forças Armadas*. Brasília, Distrito Federal, 2015.

MAURÍCIO, Tiago. Expanding the Naval Canon: Fernando Oliveira and the 1st Treatise on Maritime Strategy. *International Relations and Security Network (ISN)*. Zurich, Switzerland, 17 nov. 2014. Disponível em <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?id=183549>>. Acesso em: 8 nov. 2015. (artigo originalmente publicado no “blog” do US Naval Institute)

MONTEIRO, L. Fernando Oliveira’s Art of War at Sea (1555): a pioneering treatise on Naval Strategy. *Naval War College Review*. Naval War College,

Newport, v. 68, n. 4, p. 94-107, outono de 2015. Disponível em <<https://www.usnwc.edu/getattachment/ccb3af19-418d-421b-977b-32705a0baa88/Fernando-Oliveira-s-Art-of-War-at-Sea--a-Pioneerin.aspx>>. Acesso em 14 nov. 2015.

OLIVEIRA, Fernando. *A arte da guerra do mar*. Lisboa: Marinha Portuguesa, 1983.

PEDROSA, Fernando. *As Terçenas Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique*. Comunicação apresentada à Academia de Marinha (Portugal), datada de 5 de março de 2013. Lisboa. Disponível em: <repositorio.ul.pt/bitstream/10451/51039/1/As_Tercenas_Regias_de_Lisboa_D_Dinis_a_D.pdf>. Acesso em 25 out. 2023.

TZY, Sun. *A arte da guerra*. São Paulo: Jardim dos Livros, 2006.



NOTAS

¹ As citações foram retiradas do Prólogo do livro *A arte da guerra do mar*. Ao longo do artigo, procurou-se preservar a redação dos textos originais, apenas atualizando-se a grafia.

² Não há registro conhecido do falecimento de Fernando Oliveira, de acordo com o comandante Quirino Fonseca, no *Comentário Preliminar*, da edição de 1937 de *A arte da guerra do mar*. Monteiro (2015) aponta que o padre teria morrido por volta de 1585.

³ Obras conhecidas de Fernando Oliveira: *A arte da guerra do mar*, Coimbra, 1555; *Livro da fábrica das naus* (manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa); *Arte de navegar* (em latim), da qual existe um manuscrito incompleto na Biblioteca da Universidade de Leiden, Holanda, que é também conhecido pela referência no prólogo da obra anterior; *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, 1536; além de manuscritos existentes na Biblioteca Nacional de Paris.

⁴ MONTEIRO, L. Fernando Oliveira's Art of War at Sea (1555): a pioneering treatise on Naval Strategy. *Naval War College Review*. Naval War College, Newport, v. 68, n. 4, p. 94-107, outono de 2015. Disponível em <[https://www.usnwc.edu/getattachment/ccb3af19-418d-421b-977b-32705a0baa88/Fernando-Oliveira-s-](https://www.usnwc.edu/getattachment/ccb3af19-418d-421b-977b-32705a0baa88/Fernando-Oliveira-s)

[Art-of-War-at-Sea--a-Pioneerin.aspx](#)>. Acesso em 14 nov. 2015.

⁵ Neste artigo, utilizou-se um exemplar da quarta edição, de 1983, disponível na biblioteca da Escola de Guerra Naval. Trata-se de um volume de origem nobre, visto ter pertencido à ilustre professora Therezinha de Castro (1930-2000), que o doou à biblioteca, em 1996. Na elaboração do artigo, privilegiou-se a leitura do livro e a redação de uma resenha preliminar, para somente depois conhecer os comentários inseridos nas reedições anteriores e argumentos de resenhas e artigos sobre a obra. Observou-se farta coincidência de percepções com as dos autores dessas resenhas e artigos.

⁶ Os livros autorizados pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição (por vezes referenciada como Santo Ofício ou Inquisição) eram impressos com um "imprimatur" ("que seja publicado") oficial. Desse modo buscava-se evitar a veiculação de conteúdo considerado herege pela Igreja.

⁷ Salvo quando especificado em contrário, este tópico baseia-se no *Comentário preliminar*, do comandante Quirino da Fonseca, da edição de 1937 de *A arte da guerra do mar*.

⁸ Maio de 1546, segundo MONTEIRO (2015).



⁹ MONTEIRO (2015) atribui este feito à sua erudição e cultura, o que o tornava valioso para os poderosos.

¹⁰ Fernando Oliveira denomina esses argelinos como turcos.

¹¹ MONTEIRO, op.cit.

¹² A palavra descobrir, usualmente, é interpretada como “encontrar o que era desconhecido”. Entretanto, também a ela se aplica o uso coloquial “tirar o que cobre ou o que protege”, ou seja, dar a conhecer, explorar. Exemplo: As terras do atual Acre apareciam nos antigos mapas bolivianos como “tierras no descubiertas”, ou seja, eram terras inexploradas, mas se sabia que existiam.

¹³ Vegécio (Publius Flavius Vegetius Renatus) foi um escritor romano (século IV), autor de *Epitoma Rei Militaris*, um tratado de arte militar bastante prestigiado da Idade Média até o século XIX. A guerra naval constitui a quarta e última parte da obra. É nos textos de Vegécio que se buscou a inspiração para a conhecida locução “Si vis pacem, para bellum” (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

¹⁴ Taracena (ou tercenas) é um termo de origem árabe [outra corrente aponta ser de origem persa, composta de *ters* (navio) e *hane* (casa)]. Na Idade Média, eram os edifícios cobertos onde se guardavam as galés. Também lá, ou nas imediações, se constru-

íam e reparavam as galés e, eventualmente, outros navios. Como as galés eram os principais navios de guerra da época, as taracenas eram as bases navais de então. Quando as galés perderam a importância militar, o nome passou a designar, em Portugal, todo e qualquer armazém: de trigo, carvão, material de artilharia, etc. A palavra taracena (ou tercena) pode ser usada em sentido estrito ou amplo. No primeiro caso, correspondendo aos edifícios onde se guardavam as galés. Em sentido amplo, designando todo o recinto fortificado (a base naval). Cf. PEDROSA, 2013.

¹⁵ Tiros de corda - A expressão refere-se aos arcos e bestas. Mais adiante, Oliveira referenciar-se-á ao disparo de flechas como “tiros”.

¹⁶ Pique, também conhecido por chuzo ou lança longa, de comprimento variando de cerca de 3 a 5 metros. No combate terrestre, era a principal arma da infantaria contra as cargas de cavalaria inimiga.

¹⁷ Inaptos – a palavra utilizada foi *inhauos*, que o próprio autor definiu como “homem sem fogo nem fervor de virtude e honra, ao qual não diz a vontade que tome algum trabalho por fazer coisas boas e proveitosas para si nem para outrem” (página 57).

¹⁸ Princípio de Guerra da Economia de Forças ou de Meios – Caracteriza-se



“pelo uso econômico das forças e pela distribuição e emprego judicioso dos meios disponíveis para a obtenção do esforço máximo nos locais e ocasiões decisivos.” (BRASIL, 2015)

¹⁹ Derrota – caminho seguido por um navio no mar.

²⁰ Princípio de Guerra da Exploração – Caracteriza-se “pela intensificação das ações ofensivas para ampliar o êxito inicial, sempre que for obtido um sucesso estratégico ou tático, ou houver evolução favorável na situação. A aplicação desse princípio dependerá de julgamento com base em informações confiáveis, de consistente experiência e de apreciável grau de controle sobre a situação a fim de evitar o desvio do objetivo perseguido pelo escalão mais alto. A exploração permite tirar vantagem de oportunidades e, conseqüentemente, empregar as forças em toda extensão de sua capacidade, obtendo efeitos desejados que poderão facilitar a consecução do propósito final.” (BRASIL, 2015)

²¹ PODER MARÍTIMO – “Projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais.” (BRASIL, 2015)

PODER NAVAL – Parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Compreende as Forças Navais, incluídos os meios navais, aeronavais próprios e de fuzileiros navais, suas bases e posições de apoio e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos poderes militares terrestre e aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval. (BRASIL, 2015)

²² MONTEIRO, op.cit.

²³ Ibid.